

SHOPPING PARK SUL S.A.

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024



ÍNDICE

1 – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	1
2 – BALANÇO PATRIMONIAL – ATIVO	3
3 – BALANÇO PATRIMONIAL – PASSIVO	4
4 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – DRE	5
5 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – DMPL.....	6
6 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC	7
7 – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024	8 - 13



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Shopping Park Sul S.A.

Volta Redonda – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Shopping Park Sul S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Shopping Park Sul S.A., em 31 de dezembro de 2025, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi constituída de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para avaliar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 2026.

GWM AUDITORES INDEPENDENTES
CRC – RJ Nº 5.495

MARCELO JOSÉ NEVES MENDES
CONTADOR – CRC – RJ Nº 103.066

SHOPPING PARK SUL S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	2025	2024
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.406	3.164
Contas a receber de clientes	5	2.816	2.213
Adiantamentos e despesas antecipadas	6	47	46
Impostos e contribuições a recuperar		-	6
Débitos com companhias ligadas	7	2.038	1.189
Outras contas a receber		202	219
		6.509	6.837
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos judiciais		7	11
Débitos com companhias ligadas	7	6.964	9.002
Propriedades para investimentos	8	125.153	121.047
		132.124	130.060
TOTAL DO ATIVO		138.633	136.897

As notas explicativas elaboradas pela administração da Companhia são partes integrantes das demonstrações financeiras

SHOPPING PARK SUL S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	2025	2024
PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Fornecedores e outras contas a pagar	9	385	97
Impostos e contribuições a recolher		96	555
Dividendos a pagar	10	11.550	10.000
Provisão de IRPJ e CSLL		602	-
		12.633	10.652
NÃO CIRCULANTE			
Rendas a apropriar	11	480	433
Provisões para contingência		176	56
		656	489
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	12	124.022	124.022
Reserva de lucro		1.322	1.734
		125.344	125.756
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO		138.633	136.897

As notas explicativas elaboradas pela administração da Companhia são partes integrantes das demonstrações financeiras

SHOPPING PARK SUL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE
Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	2025	2024
Receita líquida	13	17.043	16.184
Receitas (despesas) operacionais			
Provisão para perda de recebíveis		(57)	(736)
Despesas comerciais	14.1	(98)	(87)
Despesas administrativas	14.2	(1.861)	(1.812)
Despesas com depreciação		(2.571)	(2.571)
Outras receitas (despesas) operacionais		81	1.557
		(4.506)	(3.649)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		12.537	12.535
Receitas financeiras	15	408	941
Despesas financeiras	15	(5)	(5)
Resultado líquido financeiro		403	936
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL		12.940	13.471
CSLL		(603)	(523)
IRPJ		(1.650)	(1.423)
Lucro (prejuízo) do exercício		10.687	11.525
Ações integralizadas ao final do exercício		15.109.064	15.109.064
Lucro (prejuízo) líquido por ação integralizada		0,70	0,80

As notas explicativas elaboradas pela administração da Companhia são partes integrantes das demonstrações financeiras

SHOPPING PARK SUL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL
Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	124.022	185	24	124.231
Lucro do exercício	-	-	11.525	11.525
Distribuição de dividendos	-	-	(10.000)	(10.000)
Reserva legal	-	575	(575)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	124.022	760	974	125.756
Lucro do exercício	-	-	10.687	10.687
Distribuição de dividendos	-	-	(11.099)	(11.099)
Reserva legal	-	534	(534)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	124.022	1.295	28	125.344

As notas explicativas elaboradas pela administração da Companhia são partes integrantes das demonstrações financeiras

SHOPPING PARK SUL S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC
Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) do exercício	10.687	11.525
Ajustes das despesas (receitas) que não envolvem recursos de caixa		
Alteração nas provisões	122	(19)
Depreciações	2.571	2.571
	<u>13.380</u>	<u>14.077</u>
Variações no capital circulante		
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(576)	1.159
Fornecedores e outras contas a pagar	477	(1.203)
	<u>(99)</u>	<u>(45)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>13.281</u>	<u>14.032</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(6.678)	(1.826)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	<u>(6.678)</u>	<u>(1.826)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recursos proveniente de empréstimos	(8.361)	(13.691)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	<u>(8.361)</u>	<u>(13.691)</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.758)</u>	<u>(1.484)</u>
Varição do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa no início do exercício	3.164	4.648
Caixa no final do exercício	1.406	3.164
	<u>(1.758)</u>	<u>(1.484)</u>

As notas explicativas elaboradas pela administração da Companhia são partes integrantes das demonstrações financeiras

SHOPPING PARK SUL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Contexto operacional

A Shopping Park Sul S.A. (“Companhia”) foi constituída sob a forma de sociedade anônima, com o propósito específico de promover o planejamento, o desenvolvimento, a comercialização, a administração e a exploração comercial para a realização do empreendimento imobiliário do tipo “Shopping Center” em Volta Redonda, RJ. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em Volta Redonda - RJ. O Shopping teve suas operações iniciadas em 23 de outubro de 2018.

2 - Resumo das principais políticas contábeis

2.1 - Declaração de conformidade

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.2 - Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com a Lei 6.404/76, complementada pelas Leis 10.303/2001, 11.638/2007, 11.941/2009 e 12.973/2014, e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS.

A demonstração de resultado abrangente não está sendo apresentada, pois não há valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o resultado abrangente é igual ao resultado do exercício total.

Essas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, pelos diretores da Companhia, em 16 de abril de 2026.

2.3 – Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são mensuradas utilizando a moeda principal do ambiente econômico no qual a empresa opera (“moeda funcional”), que no caso da Companhia é o real (“R\$”). Para fins de apresentação, as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em R\$ e todos os valores aproximados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma, portanto, os valores apresentados em milhares de reais quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.4 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósito bancário, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor) e saldos em contas garantidas.

2.5 - Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.6 - Contas a receber de clientes

Incluem aluguéis a receber, bem como os valores de cessão de direito de uso (CDU) dos lojistas dos Shoppings Centers, estacionamento e, merchandising e mídia. São demonstrados pelos valores históricos, já deduzidos das respectivas perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa (*PECLD*). A administração da Companhia considera que as perdas com créditos duvidosos foram reconhecidas e que os valores dos recebíveis serão realizados.

2.7 - Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital (incluindo imobilizações em andamento para tal propósito). As propriedades para investimento são mensuradas ao valor de custo, incluindo os custos da transação.

2.8 - Custo dos empréstimos

Custo de empréstimos diretamente relacionados com a construção de propriedades para investimento são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo, até que a construção física do ativo esteja finalizada. Quando substancialmente todas as atividades necessárias para que o shopping entre em operação estiverem concluídas, é cessada a capitalização dos juros.

2.9 - Empréstimos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva ao longo prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesa financeiras.

2.10 - Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva.

2.11 - Provisões

São reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor possa ser estimado com segurança.

2.12 - Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que os benefícios econômicos são gerados para a Companhia, mensurados de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida excluindo descontos, abatimentos e impostos e/ou encargos sobre vendas.

2.13 - Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

- a) Impostos correntes:** A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente pelas empresas da Companhia com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.
- b) Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

3 - Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto.

4 - Caixa e equivalentes de caixa

O montante de **R\$ 1.406 mil**, apresentado nesta conta em 31 de dezembro de 2025 (**R\$ 3.164 mil**, em 2024) refere-se ao saldo em contas de aplicações financeiras mantidas em instituições de primeira linha.

5 - Contas a receber de clientes

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Aluguéis (a)	2.293	1.972
Cessão de direito de uso - CDU (b)	216	178
Outros recebíveis	307	63
	<u>2.816</u>	<u>2.213</u>

(a) Representa as contas a receber de aluguel de lojas e outros espaços comerciais.

(b) Representa as contas a receber de lojistas referente à cessão de direito de uso (CDU) das lojas e outros espaços comerciais.

6 – Adiantamentos e despesas antecipadas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Mútuo com lojistas (a)	46	46
Adiantamento para condomínios (b)	1	-
	<u>47</u>	<u>46</u>

(a) Os mútuos com lojistas representam valores repassados a título de empréstimo a alguns lojistas, com o intuito de financiar as obras e benfeitorias na fase de montagem das lojas. Os valores são cobrados dos lojistas em parcelas mensais, sendo atualizados monetariamente pelo mesmo índice dos contratos de aluguel.

(b) Os adiantamentos para condomínio referem-se aos aportes de recurso feitos pelo shopping, para cobrir a inadimplência de despesas condominiais de parte dos lojistas.

7 – Débitos com companhias ligadas

Os montantes de **R\$ 2.038 mil** e **R\$ 6.964 mil** em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.189 e R\$ 9.002, em 2024), classificados nos ativos circulante e não circulante, respectivamente, referem-se aos valores a receber das empresas SPI33 Participações e VR4 empreendimentos, conforme descrito no quadro abaixo:

	2025		2024	
	CP	LP	CP	LP
SPI33 participações	1.359	2.321	793	6.002
VR4 empreendimentos	679	4.643	396	3.000
	2.038	6.964	1.189	9.002

8 – Propriedades para investimentos

	2025	2024
Terrenos	5.952	5.952
Edificações	141.891	141.891
(-) Depreciações Edificações	(33.592)	(31.509)
Instalações	14.255	7.577
(-) Depreciações Instalações	(3.353)	(2.864)
Total propriedades para investimentos	125.153	121.047

A Administração do Shopping Park Sul S.A. decidiu manter o valor da propriedade para investimento contabilizado pelo valor de custo.

9 – Fornecedores e outras contas a pagar

O montante de **R\$ 385 mil** apresentado nesta conta em 31 de dezembro de 2025 (**R\$ 97 mil**, em 2024), refere-se aos valores de condomínios a pagar, CDU a devolver, IPTU a apropriar e outros fornecedores.

10 – Dividendos a pagar

O montante de **R\$ 11.550 mil**, apresentado nesta conta em 31 de dezembro de 2025 (**R\$ 10.000 mil**, em 2024), refere-se aos dividendos aprovados e destinados à distribuição para os acionistas.

11 – Rendas a apropriar

O montante de **R\$ 480 mil**, apresentado nesta conta em 31 de dezembro de 2025 (**R\$ 433 mil**, em 2024), refere-se aos valores dos contratos de cessão de direito de uso que são contabilizados como receitas a apropriar, e serão reconhecidos linearmente ao resultado, com base no prazo de aluguel das respectivas lojas a que se referem, a partir da data da inauguração de cada loja.

12 – Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, no valor de **R\$ 124.022 mil**, está representado por **15.109.064** ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (mesma quantidade em 2024).

13 – Receita líquida

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita operacional bruta		
Receita de aluguel	13.645	11.479
Receita de cessão de direito de uso - CDU	208	124
Receita de estacionamento	3.455	4.864
Outras receitas	756	618
	<u>18.064</u>	<u>17.085</u>
(-) Deduções de receitas		
Vendas canceladas	(290)	(321)
Impostos incidentes	(731)	(580)
	<u>(1.021)</u>	<u>(901)</u>
	<u>17.043</u>	<u>16.184</u>

14 – Despesas por natureza

14.1 – Despesas comerciais

O saldo de **R\$ 98 mil**, apresentado nesta rubrica em 31 de dezembro de 2025 (**R\$ 87 mil**, em 2024), refere-se aos aportes para o fundo de propaganda e publicidade.

14.2 – Despesas administrativas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Serviços de terceiros - pessoas jurídicas	(1.715)	(218)
Despesas com condomínio	(56)	(268)
Outras despesas administrativas	(90)	(1.326)
	<u>(1.861)</u>	<u>(1.812)</u>

15 – Receitas e despesas financeiras

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	313	788
Multas e juros ativos	-	153
Outras receitas financeiras	95	-
	<u>408</u>	<u>941</u>
(-) Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	(5)	(5)
	<u>(5)</u>	<u>(5)</u>
	<u>403</u>	<u>936</u>

16 - Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido.

17 – Gestão de riscos

a) Risco de taxa de juros

De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não tem efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de taxa de câmbio

O resultado da Companhia não é suscetível a sofrer variações pela volatilidade da taxa de câmbio, pois a Companhia não possui operações em moeda estrangeira.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

18 – Eventos subsequentes

A Companhia não identificou e não realizou qualquer evento subsequente que impacte as demonstrações financeiras entre 31 de dezembro de 2025 e a data de aprovação destas demonstrações.